



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR AO  
LONGO DO TEMPO**

**LUCIANO SEVERINO ANTUNES**

**BELO-HORIZONTE/MG**

**2015**



## **PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR AO LONGO DO TEMPO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Ma. Beatriz Lopes Falcão

**BELO-HORIZONTE/MG**

**2015**

**LUCIANO SEVERINO ANTUNES**

**PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR AO LONGO DO  
TEMPO**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em 16 de dezembro de dois mil e quinze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

---

Prof. Nome completo do Professor – Avaliador

---

Profa. Ma. Beatriz Lopes Falcão – Orientadora

---

Luciano Severino Antunes - Cursista

**Belo Horizonte**

**2015**

Dedico este trabalho a todos os meus familiares e amigos que sempre me motivaram a seguir confiante na conquista deste grande sonho.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus pela vida.

Aos meus pais por me formarem uma pessoa ética e responsável para com o cumprimento dos meus direitos e deveres.

Aos demais familiares por me motivarem a seguir sempre em frente sem jamais desanimar diante das barreiras existentes.

A professora orientadora Beatriz Falcão e demais formadores que sempre com paciência estiverem prontos a me ajudar durante o processo de construção deste trabalho acadêmico.

Aos colegas de curso com os quais durante todo esse tempo pude compartilhar importantes momentos de vivência e aprendizagem.

“A participação e a democratização num sistema público de ensino é a forma mais prática de formação para a cidadania” (GADOTTI, 1994, p. 49).

## RESUMO

Este trabalho acadêmico busca ressaltar a importância de se desenvolver no ambiente escolar uma gestão democrática, onde se busque a obtenção de um melhor desenvolvimento não somente em sua teoria didática, mas também em sua atuação prática, ciente de que este se torna um processo de extrema importância na medida em que se deseja que a escola atenda as atuais exigências da vida social que é formar cidadãos, oferecendo ainda, a possibilidade ou apreensão de competências e habilidades necessárias e facilitadoras da inserção social. Mas para que a prática dessa ação seja realizada com êxito faz-se antes necessário repensar as práticas pedagógicas e capacitar os profissionais que ali atuam, bem como a própria comunidade escolar para que, trabalhando juntos, na busca de uma gestão verdadeiramente democrática, possam compreender os diversos complexos existentes no processo de ensino aprendizagem a fim de buscar resultados favoráveis a contínua formação sócio/cultural de suas crianças.

**Palavras-Chave:** 1. Gestão Democrática 2. Comunidade Escolar  
3. Ensino/Aprendizagem 4. Planejamento Democrático

## **ABSTRACT**

This academic work seeks to highlight the importance of developing the school environment a democratic management where they seek to obtain a better development not only in its teaching theory, but also in its practical application, aware that this becomes a process of paramount importance in that if you want the school meets the current requirements of social life that is to train citizens, providing also the possibility or seizure of skills and necessary skill and facilitating social integration. But that the practice of this action is performed successfully is made prior to rethink pedagogical practice and train professionals who work there, as well as their own school community to work together in pursuit of a truly democratic management, to understand the various existing complexes in the teaching and learning process in order to seek favorable results continued socio / cultural education of their children.

Keywords: 1. Democratic Management      2. School Community  
                 3. Education / Learning            4. Democratic Planning



## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	9
2. A GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA NO BRASIL .....	11
3. O PAPEL DA COMUNIDADE ESCOLAR NO PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO	15
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	19
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	20
6. ANEXO – PPP – ESCOLA ESTADUAL VIRGÍLIO DE MELO FRANCO.....	22

## 1. INTRODUÇÃO

Há tempos a população brasileira vem passando por intensas modificações pela qual se torna notável a necessidade de uma maior organização na busca de se obter melhores condições de desenvolvimento em seus diferenciados setores institucionais. Deste modo, Ferreira (2001) destaca que a escola, enquanto centro de formação educacional, busca para si um melhor desenvolvimento não somente em sua teoria didática, mas também em sua prática sócio/cultural ressaltando-se sempre a sua grande importância na contínua formação de cada cidadão.

Conforme podemos apreender de Brasil (1996), no decorrer de dez anos (fim da década de 80, início da década de 90) de desenvolvimento educacional, houve uma importante redução do índice de jovens e adultos analfabetos, graças ao auxílio de algumas ações governamentais. No entanto, é possível observar que ainda a escola tem desenvolvido sua função social de modo excludente ao longo do tempo, sendo válido ressaltar que este fato não pode ser atribuído apenas à escola, mas também a fatores extracurriculares, pois a educação brasileira a princípio, nas décadas de 20 e 30, era somente direcionada para as crianças da alta sociedade, deixando as demais, pertencentes às famílias de baixa renda, apenas serem formadas para o serviço doméstico e braçal.

Mas, devido às constantes mudanças ocorridas com vistas a importante fundamentação da formação educacional na vida das pessoas, pôde ser observado que nos últimos anos varias ações legais vem sendo implantadas para garantia do direito à educação. No Brasil esse direito está previsto na Constituição, a nossa lei maior, responsabilizando o Estado em efetivar esse direito, fundamentando-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, em seu art. XXVI, encontrando-se pautado na doutrina e jurisprudência nacional e internacional, que busca um índice de desenvolvimento humano adequado (ONU, 1948).

Com base nos princípios estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, Art. 206, a educação é destacada como direito de todos, sem fazer maiores distinções:

- a) igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; b) a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; c) ao pluralismo de ideias, de concepções pedagógicas, coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; d) a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; e) a valorização dos

profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira.(BRASIL, 1988 *apud* MORAES, 2009, p. 829).

Todavia, infelizmente no Brasil, esse direito deixa ainda de ser cumprido, pois o Estado é falho em suas políticas educacionais e esse descompromisso político prejudica a formação humana, não só com relação aos conteúdos de sala de aula, que irão fazer com que os alunos tenham conhecimento científico, visão de mundo, mas também na formação de pessoas críticas, com condições de participar efetivamente de uma sociedade mais justa.

É sabido que vivemos em uma sociedade dinâmica, as mudanças de época exigem também a transformação dos métodos e técnicas. Logo, a organização educacional necessita criar para si seu próprio modo de desenvolvimento a fim de obter uma favorável produtividade organizacional tanto em seus aspectos socioeconômicos, quanto político da qual sejam pertencentes.

Entretanto, faz-se também notável que no Brasil o desenvolvimento da educação pública encontra-se regida ainda por um modo de administração convencional onde a teoria se faz embasada no cumprimento diário de projetos pedagógicos a fim de se obter uma maior padronização do processo de aprendizagem.

De acordo com Luck (2001, p.34), o ambiente escolar deve ser visto como um espaço favorável ao desenvolvimento de uma boa socialização a ser continuamente motivada conforme o estilo de vida e o modo de pensar de cada pessoa em sua particularidade, confiantes, pois de que todos busquem por uma “educação que una o passado com o futuro, e que comunique a herança cultural das gerações precedentes à luz das exigências do mundo de amanhã.”

Observa-se, dessa forma, a importância da gestão escolar estar comprometida com um desenvolvimento educacional que realiza suas ações com base na necessidade individual de cada aprendiz, na busca de que suas perspectivas metodológicas possam ampliar os conhecimentos sob a forma de um regimento democrático pelo qual se abre caminhos para o surgimento de novas idealizações favoráveis ao contínuo relacionamento do aprendiz com as demais pessoas responsáveis por sua formação dentro do ambiente escolar do qual faz parte (MORAES, 2009).

Deste modo, a gestão começa a ganhar um formato democrático, onde todos buscam em conjunto a melhoria da educação, estando cientes da sua atuação pedagógica no ambiente escolar. A equipe gestora deve sempre se colocar atenta para as necessidades de sua clientela, visto que uma equipe bem informada torna-se melhor preparada para expor na prática estratégias facilitadoras do processo de ensino/aprendizagem.

Desenvolver, portanto um estudo mais ampliado sobre essa temática proposta neste trabalho acadêmico, torna-se importante para a obtenção de um maior conhecimento da formação teórica que fundamenta o desenvolvimento da ação funcional de um ambiente escolar, assim como também se encontra neste contexto o embasamento preciso para a obtenção de uma maior orientação sob o modo de conduta adequado a ser seguido pelo corpo funcional de um ambiente escolar, favorecendo desde modo o bom desenvolvimento de um trabalho em equipe a ser realizado sob o regimento de uma gestão mais participativa e democrática (PARO, 1997)

Mas para se ter um melhor entendimento sobre este assunto faz-se antes necessário recorrer-se ao contexto literário, onde renomados autores descrevem sobre as origens, o modo de desenvolvimento e a importância de se realizar no ambiente escolar uma gestão mais dinâmica, participativa e democrática.

## **2 A GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA NO BRASIL**

Fundamentada desde o princípio pela Constituição Federal de 1988 a legislação educacional apresenta por meio do Art. 206 alguns princípios estabelecidos a fim de reforçar a caracterização sócio/democrática de um determinado grupo escolar existente, pelo qual se faz possível obter um maior conhecimento do modo como cada instituição realiza suas atividades didáticas dentro do ambiente escolar voltada para a área da educação, servindo de canal à manifestação democrática dos cidadãos (BRASIL, 1988).

Reconhecido como sendo um país democrático, a CF/88 declara que o Brasil (apoiando-se no Art.1º, II) estabelece uma constante luta na busca da garantia de direito de plena cidadania, legalizando na prática o pleno direito de

participação, que é assegurado pelo Art.37. §3º que garante a liberdade de acesso participativo em locais de administração pública direta e indireta (AÇÃO EDUCATIVA, 2007).

Mas ao falar sobre a liberdade de acesso aos ambientes interligados à formação escolar a CF/88 fez-se ainda mais esclarecedora ao ressaltar por meio do Art. 206, VII a importância de estar sempre na busca de novos saberes.

Os princípios constitucionais do ensino devem ser lidos e interpretados em sua integralidade, portanto, em termos jurídicos, a gestão democrática é tão importante para a “garantia do padrão de qualidade” quanto a “valorização dos profissionais da educação”, a “gratuidade” e o “pluralismo de ideias e concepções pedagógicas” (AÇÃO EDUCATIVA, 2007).

Na intenção de formar cidadãos participativos, críticos, capazes de transformar a sociedade, Luck, (2001) ressalta que o ambiente escolar deve sempre se demonstrar disposto à busca de uma melhor concretização das suas funcionalidades sociais a fim de se promover uma formação de qualidade que assegure ao educando a conquista de um aprendizado mais justo e igualitário objetivando garantir a boa formação de seu desenvolvimento sócio/cultural.

A educação no Brasil foi tratada nas diversas Constituições Federais, porém para falar da democratização da educação no Brasil devemos partir da Constituição de 1934 que trouxe várias mudanças. A Carta de 1934 estabelece:

Art. 148 - Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual.

Art. 149 - A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana (BRASIL, 1934)

Conforme destacado por Porto (2012) em 1937, o Estado promulgou uma nova Constituição que rejeitava o Plano Nacional da Educação e atribuía à União a função de estabelecer as bases e normas da educação em todo o território brasileiro, houve enorme retrocesso na medida em que o texto constitucional vinculou a educação a valores cívicos e econômicos.

A educação sofreria mudanças, mas sempre sob os princípios adotados pela centralização, formalização e autoritarismo, neste contexto muitas garantias individuais, até mesmo aquelas que não representavam risco algum ao regime vigente, perderam sua efetividade.

A Carta aqui tratada priorizou a escola particular, criando um verdadeiro hiato entre o ensino dos pobres, classes menos favorecidas e o ensino daqueles que podem pagar, as classes mais favorecidas. A gratuidade foi tratada como uma exceção a quem poderia alegar ser pobre na forma da lei,; aos outros que não pudessem alegar” escassez de recursos seria cobrada uma contribuição mensal (POMPEU, 2005, p. 71)

Já em 1961 o marco da democratização da educação foi promulgação da Lei 4.024, que regularizava o sistema de ensino do País (LDB 4024/61). Representando um grande avanço para o ensino nacional. O projeto percorreu um longo caminho até se tornar lei, levando um período de treze anos de debates até o texto chegar à sua versão final.

A primeira versão da LDB foi realizada por João Goulart em 20 de dezembro de 1961 com a idealização de se dar um maior apoio e orientação didática as instituições escolares, idealização esta que sofreu algumas melhorias em 1971 e que tempos mais tarde, já no ano de 1996, após passar por novas transformações, tornou-se uma ação pratica no meio escolar a fim de poder oferecer melhores meios de ensino e aprendizagem.

Depois da redemocratização, em 1985, após algumas iniciativas pontuais em alguns Estados, foi a Constituição de 1988 que tentou reformar a educação brasileira, trazendo consigo uma importante conquista que visava o pleno reconhecimento do desenvolvimento educacional como direito de todos, esteja este ou não em sua faixa etária condizente ao contínuo desenvolvimento da aprendizagem escolar normalizada (BRASIL, 2007).

Depois de realizados essa nova promulgação, a Constituição de 1988, a LDB anterior (4024/61) foi considerada obsoleta, a nova LDB começou a ser discutida, chegando ao legislativo em 1993, sendo aprovada, após debates e modificações, em 1996, através da lei 9.394/96 de 20 de dezembro, apresentando como principais características:

- Gestão democrática do ensino público e progressiva autonomia pedagógica e administrativa das unidades (Art.15);

- Ensino fundamental obrigatório e gratuito (Art.4);
- Carga horária mínima de oitocentas horas distribuídas em duzentos dias de trabalho educacional(Art. 24);
- Prevê um núcleo comum para o currículo do ensino fundamental e médio e uma parte diversificada em função das peculiaridades locais (Art.26);
- Formação de docentes para atuar na educação básica em curso de nível superior, sendo aceito para a educação infantil e as quatro primeiras séries do fundamental formação em curso Normal do ensino médio (Art. 62);
- Formação dos especialistas da educação em curso superior de pedagogia ou pós-graduação (Art.64);
- A União deve gastar no mínimo 18% e os estados e municípios no mínimo 25% de seus respectivos orçamentos na manutenção e desenvolvimento do ensino público (Art.69);
- Dinheiro público pode financiar escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas (Art.77);
- Prevê a criação do Plano Nacional de Educação (Art.87)

(BRASIL, 1996)

Cientes de que o acesso à educação é um direito reservado a todo e qualquer cidadão, alerta-se para a necessidade de que esta ação seja na prática aplicada com qualidade a fim de poder melhor qualificar o cidadão para obter um melhor desempenho mediante a tomada de suas decisões tanto em cunho pessoal, quanto também de forma participativa e democrática quanto o assunto se fizer referente à tomada de decisões sociais junto das demais pessoas pertencentes ao seu convívio diário (BRASIL,1988).

No desenvolvimento cotidiano de um ambiente educacional, o ensino se faz aplicado por meio de algumas ações pedagógicas que continuamente necessitam serem aprimoradas, objetivando melhor atender às diversas necessidades de seus educandos, de modo a poder assim recriar propostas de ensino e de poder ainda assim construir direcionamentos práticos mediante o desenvolvimento de novas competências e habilidades, por vez capazes de garantir a formação de cidadãos mais críticos e participativos, seres altamente independentes e capazes de conscientemente lutarem pela construção de seu próprio mundo (LEDESMA, 2008).

Mas para que essa teoria se torne realmente um ato prático a escola deve desenvolver os seus ensinamentos na perspectiva de formar cidadãos éticos, que partilhem seus aprendizados com honestidade e transparência, tornando-os assim seres capazes de atender as necessidades de seu próximo, auxiliando-os em suas dificuldades e buscando alternativas cabíveis para a conquista de seus ideais, de

modo que o individualismo não se torne interferente no bem estar de uma mesma sociedade.

Conforme argumentado por Ferreira (2001), a gestão democrática atualmente implantada no sistema educacional vem a cada dia ganhando maior importância por meio de seus diferenciados recursos didáticos que ampliam o modo de percepção e aprendizagem dos alunos em seu período de formação escolar, onde a construção de uma sociedade democrática, justa e igualitária se torne primordial.

Sendo, pois a ação democrática direito e/ou dever de todo e qualquer cidadão pertencente a uma mesma comunidade, faz-se por esta uma alerta para que todos tenham voz e vez, sendo assim respeitados de maneira igualitária, a fim de que a sociedade possa interagir de modo consciente, respeitando os direitos humanos e as tomadas de decisão originadas a partir do diálogo e da liberdade de expressão.

Ressalta-se, porém que para que haja um favorável cumprimento dessas determinações descritas por Lei, os condutores do processo educacional devem se colocar sempre bem atentos às particularidades de sua comunidade, de modo a oferecerem as condições necessárias de participação, assim como a oferta de um ensino de qualidade, que além de transmitir novos conhecimentos, também ofereça aos educandos uma formação para um mundo mais justo e democrático.

### **3. O PAPEL DA COMUNIDADE ESCOLAR NO PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO**

A gestão democrática escolar é um importante processo de transformação sócio/educativa capaz de trazer maior qualidade ao ensino mediante o desenvolvimento curricular pedagógico aplicado pelos professores dentro das salas de aula. Inicializado no Brasil no final da década de 80, esse novo processo regimentar trouxe para o ambiente escolar uma nova visão sob o modo de se transferir aos alunos os conteúdos propostos pelo planejamento didático, da rede regular de ensino.



Visando-se que anteriormente (dec. 70/80) o regimento educacional era trabalhado de forma tradicional e centralizadora, modelo pelo qual reproduzia uma idealização profissional limitada, onde segundo Ledesma (2008, p.26) sua ação era “moldada em um profissional eficiente e disciplinado”, passou a modificar o seu modo de ensino mediante o desenvolvimento de uma gestão mais democrática e participativa a fim de poder ter uma maior visualização das necessidades formativas de seus alunos e poder também promover melhores formas de socialização dentro do ambiente escolar.

A construção de uma escola pública democrática, plural e com qualidade social demanda a consolidação e o inter-relacionamento dos diferentes órgãos colegiados. O Conselho Escolar tem papel decisivo na democratização da educação e da escola. Ele é um importante espaço no processo de democratização, na medida em que reúne diretores, professores, funcionários, estudantes, pais e outros representantes da comunidade para discutir, definir e acompanhar o desenvolvimento do projeto político pedagógico da escola, que deve ser visto, debatido e analisado dentro do contexto nacional e internacional em que vivemos (BRASIL, 2007, p 22).

Quando elaborado de forma participativa (tendo-se não somente a visualização dos profissionais do regimento educacional) e também formulado com base na realidade do desenvolvimento prático apresentado pelas necessidades educacional de seus alunos, o Projeto Político Pedagógico torna-se não somente um regimento a ser legalmente cumprido, mas uma importante base de formação a ser seguida com vistas a se garantir uma melhor educação aos alunos pertencentes ao ambiente escolar, tornando-os não só agentes conhecedores de novos saberes mas também seres humanos dispostos para a construção de um mundo mais justo e igualitário (POMPEU, 2005).

Por meio deste novo modo de gestão, tem-se a oportunidade de promover novas formas de integração entre todos os segmentos que compõem a escola, caracterizando-o numa gestão dinâmica e participativa que desenvolve suas atividades de comum acordo para com toda a comunidade escolar, aqui entendida quando há a participação de pais, professores, alunos, funcionários, direção e administração.

Mas para que a participação inerente à gestão democrática, verdadeiramente aconteça, faz-se antes necessário que haja uma maior preparação

das práticas escolares, dando efetividade às suas ações, e isto será possível com a implementação do Conselho escolar, pois o mesmo abrirá os portões da escola para a comunidade e esta prática deve estar presente em todas as escolas, fazendo parte do conjunto de políticas públicas, que por sua vez deverá desenvolver planos estratégicos que estimulem a participação de todos, e que, acima de tudo, tenham como fim a democratização, como determinam os artigos 14 e 15 da LDB:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público

(BRASIL, 1996)

Pois conforme os conceitos apresentados por Buss (2008), pode-se afirmar que a gestão escolar é organizada fundamentalmente a partir de três olhares, bem como: a gestão pedagógica com o objetivo maior que é o ensino e a aprendizagem, a gestão de recursos humanos que trabalha com toda comunidade escolar e a gestão administrativa que é a parte física e burocrática da escola.

E dando sequência a esse mesmo contexto, justifica-se pois a necessidade de se firmarem pilares como: democracia, descentralização, participação e transparência administrativa, para que a tomada das decisões seja voltada à construção da autonomia, bem como à abertura de redes de informações e a cooperação; a atuação coletiva torna-se então fundamental para a instituição e comunidade (FERREIRA, 2001).

Mas em meio à realidade cotidiana existente, Paro (1997) ressalta que para se ter o desenvolvimento favorável de uma educação mais democrática e participativa, a escola deve se demonstrar disposta a promover uma maior proximidade das famílias com a realidade educacionais de seus alunos, permitindo

não somente a presença destes nos eventos anuais promovidos pela instituição, mas também buscando saber destes o que pensam e em que estariam dispostos a contribuir com a formação educativa de seus filhos.

Não obstante, é relevante lembrar que para que isso aconteça é necessário capacitar os profissionais que ali atuam, bem como a própria comunidade escolar para que ocorra uma gestão participativa. Sendo assim preciso libertar a escola das marcas de autoritarismo, o que requer ser redefinido seu perfil e seu papel, com vistas à implementação do planejamento participativo, onde deve contar ainda com representantes da comunidade interna (diretor, vice-diretor, professores, alunos e funcionários) e externa (pais, órgãos/instituições, sociedade civil organizada...) dentre diversos outros fatores.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Formar para a cidadania através da gestão democrática pressupõe buscar a participação da comunidade no processo de tomada de decisão. Entretanto, com base no que foi apresentado pelo conteúdo deste estudo, visa-se a necessidade de se garantir diariamente uma contínua participação na educação, tanto das comunidades interna quanto externa, uma vez que a própria legislação brasileira reconhece a necessidade dos corresponsáveis (família, estado e sociedade) para a construção de um projeto pedagógico com vistas ao ensino de qualidade.

Para se garantir o bom desenvolvimento de uma gestão democrática, favorável à evolução de todos, ressalta-se que este processo deve ser realizado em conjunta participação, compreensão e aceitação dos demais atuantes no ambiente escolar. Mas alerta-se ao fato de que um bom gestor deve demonstrar-se sempre atento as necessidades da comunidade atuante em sua instituição a fim de poder sanar suas dificuldades orientando-os sob a melhor forma de resolver os contratempos existentes entre o desenvolvimento escolar do aluno e as perspectivas de aprendizagens trazidas pelas famílias (POMPEU, 2005).

Cientes, pois, de que quando a escola encontra-se atenta a realidade de vida e a necessidade de aprendizagem de seus alunos, esta também se faz aberta e disposta a ouvir as perspectivas que os pais depositam no ambiente escolar na busca de melhor desenvolvimento do processo de ensino/aprendizagem de seus filhos. Processo esse, que segundo Paro (1997), permite estreitar laços entre família e escola a fim de que juntas, realizem um satisfatório projeto de gestão democrática, buscando juntos um melhor condicionamento formativo para os pequenos aprendizes integrados à instituição de ensino.

E dando fechamento a esse contexto Pompeu (2005) ressalta que o principal objetivo da Educação é criar pessoas capazes de fazer coisas novas e não simplesmente repetir o que as outras gerações fizeram. Com isso torna-se tarefa do professor a prática de preparar motivações para atividades culturais, num ambiente previamente organizado, cientes de que a democracia só se fará possível o dia em o país tomando melhor conhecimento de suas teorias começar verdadeiramente a exercê-la em sua forma prática.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AÇÃO EDUCATIVA. **O princípio da gestão democrática e os conselhos da educação.** 2007. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/index.php/educacao/51-acao-na-justica/943-gestao-demografica>. Acesso em: Acesso em 14 nov. 2014.

BRASIL. Tratado da Constituição Brasileira – **Carta de 1934**. Rio de Janeiro: FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/constituicao.html>. Acesso em 11 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB. Brasília, DF, 1961. Disponível em: <<http://www.pfc.unesp.br/LDB204024-61.pdf>> Acesso em 14 nov. 2014

\_\_\_\_\_. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acessado em 16 de outubro de 2015.

\_\_\_\_\_. **Caderno 1 - Conselhos Escolares: Democratização da escola e construção da cidadania** Ministério da Educação Secretaria de Educação Básica Brasília - DF Nov. 2004. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce\\_cad1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad1.pdf). Acesso em 11 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. **Cadernos de Orientações PDPI/ Plano de Desenvolvimento Pedagógico e Institucional** – Belo Horizonte: SEE/MG, 2007.

BUSS, Rosinete B. P. **Gestão escolar**. Indaial: Asselvi, 2008.

FERREIRA, Naura S. Carapeto et al (org.). **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo: Cortez, 2001.

GADOTTI, Moacir. **Escola cidadã**. São Paulo: Cortez, 1994 (coleção Questões de nossa época. 24v).

LÜCK, Heloísa. et.al. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. 5º Ed. São Paulo, 2001.

LEDESMA, M. R. K. **Gestão escolar: desafios dos tempos**. 2008. 157f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

MORAES, Alexandre de. **Curso de Direito Constitucional**. 24. Ed. São Paulo: Atlas, 2009

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: 1948.

PARO, Victor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. São Paulo: Ática, 1997.

POMPEU, Gina Vidal Marcílio. ***Direito à educação: controle social e exigibilidade judicial***. Rio – São Paulo: ABC, 2005.

PORTO, Walter Costa **Constituições brasileiras (1937)** v. 4. Brasília: Senado Federal – Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. 120 p.

**6. ANEXO**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Virgílio de Melo Franco



**ESCOLA ESTADUAL VIRGÍLIO DE MELO FRANCO**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

GILKA DA LUZ COTA ROCHA RAMOS  
LUCIANO SEVERINO ANTUNES  
ROSILUCE PEREIRA DEUSDARÁ MATTOS  
SOLANGE CONCEIÇÃO MARTINS FERREIRA  
VANILDA APARECIDA PALMA SOUZA

**UNAI, 2014**



# **ESCOLA ESTADUAL VIRGÍLIO DE MELO FRANCO**

## **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Adriana Andrade Gonçalves do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**UNAI, 2014**

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	4
1. FINALIDADES DA ESCOLA .....	6
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL .....	10
3. CURRÍCULO .....	14
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....	19
5. PROCESSO DE DECISÃO.....	21
6. RELAÇÃO DE TRABALHO.....	24
7. AVALIAÇÃO.....	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	33
REFERÊNCIAS .....	34

## INTRODUÇÃO

A Escola Estadual Virgílio de Melo Franco foi criada pelo Decreto-Lei nº 3.754, de 14/12/1965, que autorizou o Ensino Fundamental e Médio. Iniciou-se suas atividades educacionais com instalação à Rua Celina Lisboa Frederico, nº 142, no prédio da Escola da Comunidade Nossa Senhora do Carmo, transferida depois para a Rua Serra Bonita, hoje Rua Natal Justino da Costa, 560, onde mantém sua sede.

A Caixa Escolar denominada “Virgílio de Melo Franco” foi instituída em 23 de maio de 1977, conforme a Resolução SEE nº. 2.288/77, de 10 de março de 1977, MG, pág. 13, col.4 e 5.

Em 1994, esta Instituição recebeu a autorização para funcionamento do Curso de Técnico em Contabilidade, através do Decreto nº 36.168/94, de 10/03/94, MG, de 16/03/94 – folha 15, col. 03, tendo o referido curso sido encerrado, por força da lei, no ano de 1998.

No ano de 2010, a Escola foi contemplada com o Programa Educacional Profissionalizante PEP – EJA, criado pelo Parecer CEE/MG nº. 123, de 18/03/09 e Portaria SEE/MG nº. 1.047, de 10/08/10. Os cursos ofertados foram Gestão de Pequenas Empresas e Administração de Empresas, tendo sido ministrados em 03 (três) períodos, com início em 14/09/09 e término em 31/08/11.

Em 2012, a Escola Virgílio foi uma das 133 escolas da rede estadual mineira a ser contemplada com o projeto “Reinventando o Ensino Médio”, criado pela Res. SEE/MG nº 2.030/12, de 25 de fevereiro de 2012, com início de suas atividades previstas para fevereiro de 2013; É a primeira escola de Unaí a receber o projeto “Reinventando o Ensino Médio”, e só vem somar com os resultados prestados à sociedade, pela seriedade do ensino implementado na mesma, que é referência em Unaí. Foram implantadas as áreas de empregabilidade: Comunicação Aplicada, Meio Ambiente e Recursos Naturais e Tecnologia da Informação.

Em 2013 implantou-se o curso de Técnico em Informática – PRONATEC, autorizado pela Portaria nº 170/2013 e encontra-se em funcionamento duas turmas, atendendo a 68 alunos do módulo I e II.

Atualmente a E. E. Virgílio de Melo Franco encontra-se sob a direção – primeiro mandato – da professora Vanilda Aparecida Palma Souza, que foi indicada pelo Colegiado Escolar em 19/04/2013.

A Escola Estadual Virgílio de Melo Franco atende à demanda de adolescentes na faixa etária que varia entre 14/15 (quatorze/quinze) e 17/18 (dezessete/dezoito) anos, e de jovens e adultos da EJA, somando um total de 1060 (um mil e sessenta) alunos matriculados no Ensino Médio e EJA – Educação de Jovens e Adultos. Desses 1.060 alunos a maioria é moradora dos bairros circunvizinhos e alunos da zona rural que utilizam as várias linhas do transporte escolar municipal. Mesmo localizada no centro da cidade recebe alunos oriundos dos mais diversos bairros da cidade e da zona rural, atendendo assim, a uma clientela diversificada.

Os educandos são na maioria, de classe média; os de baixa condição financeira recebem o auxílio Bolsa-Escola que, além de ajudar nos estudos dos mesmos complementa a renda familiar. A maioria dos alunos vive com a família, pai e mãe, há um número significativo de alunos filhos de pais separados, os quais vivem com o pai ou com a mãe, ou moram com os avôs. Os alunos do período noturno já estão inseridos no mercado de trabalho, sendo trabalhadores no período diurno e estudantes no período noturno, em sua maioria remunerada com salário mínimo.

Analisando o perfil dos educandos da Escola Estadual Virgílio de Melo Franco entende-se que estes na sua maioria veem seus pais como amigos e companheiros; que a família contribui para a realização de suas ideias orientando-os quanto ao valor do estudo e do conhecimento. Gostariam de conversar com os pais sobre diversão, namoro, amizade, vícios e outros assuntos, vem à escola porque querem estudar; o que mais agrada na escola é o recreio, esporte, aulas através de filmes. A disciplina que mais atrai é a de Língua Portuguesa. Os alunos dizem que aplicam no seu dia a dia, o que aprendem na escola: como respeitar as pessoas pelas diferenças e a ouvir os outros. Gostariam de estudar atualidades, jornalismo escolar e informática. Os alunos falam que são tratados com respeito e carinho na escola. Gostariam de continuar seus estudos em nível de graduação. Poucos alunos têm conhecimento do que vem a ser um Colegiado Escolar, embora seja um órgão com ações consultivas e deliberativas, mas sabem para que serve um Conselho de

Classe e, que gostariam de participar deste, para conhecer o desempenho de sua turma.

O corpo docente da Escola Virgílio de Melo Franco é composto por professores com graduação, pós-graduação e mestrado. Desse conjunto, 93% são habilitados nas áreas de atuação, tendo muito deles experiência com turmas de graduação e pós-graduação, nas faculdades e universidade local.

Desta forma, o Projeto Político-Pedagógico da Escola Estadual Virgílio de Melo Franco é resultado da reflexão e da avaliação de todos os envolvidos, ou seja, é a tradução dos anseios de toda a comunidade escolar. O envolvimento da comunidade escolar é essencial para que sejam atingidos os objetivos propostos assegurando assim, a qualidade do processo educacional que ministra.

Nesta concepção, este projeto foi elaborado e reestruturado com a participação de toda equipe gestora e professores. A partir do envolvimento de todos – professores, alunos, pais, direção, equipe pedagógica, e demais servidores da escola – numa construção coletiva – em busca da “excelência da educação”, que demanda da prática de valores, princípios e crenças que orientam e respeitam o futuro do homem e da sociedade.

Importante salientar que o Projeto Político Pedagógico é apenas um ponto de partida para que aconteçam novas reflexões, tomada de consciência dos principais problemas da Escola; das possibilidades de solução e definição das responsabilidades coletivas e pessoais, para suprimir ou reduzir as deficiências e necessidades detectadas na rotina escolar. Por isso sua avaliação tem sido realizada continuamente, através do monitoramento de todas as ações, aplicação de questionários, realização de discussões e estudos em grupos nas reuniões pedagógicas.

## **FINALIDADES DA ESCOLA**

As finalidades recomendadas neste Projeto Pedagógico pautam-se do conjunto de valores educativos que a Escola Virgílio de Melo Franco se compromete cultivar em seus alunos, cujos explicitam a visão de homem que deseja educar. São os

predicados que se quer proporcionar a cada aluno, como forma de contribuir para uma vida melhor. Valores esses que, construídos ao longo da Educação Básica devem ser os resultados esperados ao final de todo o processo educacional. Conforme Veiga (1995, p. 13)

O projeto político pedagógico busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sócio político e com os interesses reais e coletivos da população majoritária. [...] Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de se definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade.

Os atributos fundamentais a serem construídos junto aos educandos devem promover:

- O desenvolvimento de uma atitude de curiosidade, reflexão e crítica frente ao conhecimento.
- A atuação com autonomia, solidariedade e responsabilidade consigo mesmo, com a família e com a comunidade.
- O exercício dos valores éticos, estéticos e políticos de nossa cultura.
- O respeito pelo conhecimento e opiniões, e o uso do diálogo na mediação de conflitos.
- A competência para atuar no mundo do trabalho dentro dos princípios do respeito por si mesmo e pelos outros.
- O exercício da cidadania para transformação crítica e ética das realidades sociais.

O objetivo primordial deste Projeto Pedagógico destina-se à promoção do desenvolvimento integral do aluno. Sua operacionalização será executada através de práticas pedagógicas que permitam a reflexão-ação-reflexão sobre o processo educacional, visando proporcionar ao educando uma educação inovadora, autônoma, democrática e inclusiva, para constituir cidadãos criativos, críticos, éticos, reflexivos, participativos e solidários, que sejam capazes de viver e conviver em sociedade exercendo o direito da cidadania, a ponto de transformá-la para o próprio bem e para o bem de todos.

Para a efetivação do objetivo geral necessita-se:

- Inovar as práticas pedagógicas tendo em vista a melhoria do processo ensino-aprendizagem;
- Avaliar constantemente todo o processo educativo, para superar fracassos e assegurar o êxito do mesmo;
- Formar o aluno para a continuidade de estudos de modo a ser capaz de se inserir, com competência, no mercado de trabalho;
- Valorizar a atuação do professor, oferecendo-lhe condições adequadas para o melhor desempenho de sua função, com vistas ao sucesso do aluno e, conseqüentemente, do próprio sucesso;
- Proporcionar a formação continuada de professores e demais servidores através de aperfeiçoamento contínuo em benefício da aprendizagem do aluno;
- Implantar e/ou implementar projetos educativos e sociais;
- Viabilizar a integração Escola e Família e Comunidade, através de encontros, reuniões, palestras, eventos, etc.

Para a efetivação entre 80% (oitenta) e 100% (cem) dos objetivos propostos neste Projeto Pedagógico e, conseqüentemente, a eficácia do mesmo, foram previstas até o final de 2015, as seguintes metas de acordo com suas categorias:

### **Metas Estratégicas**

Para a promoção do desenvolvimento integral do educando, a Escola priorizou no seu processo de ensino os seguintes princípios:

- da *igualdade* de condições para o acesso e permanência na escola;
- da *liberdade* de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- *do respeito* à liberdade e apreço à tolerância;
- da *valorização* do profissional da educação escolar;
- da *garantia* de padrão de qualidade;
- da *vinculação* entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. (art. 3º da LDB nº 9.394/96).

### **Metas Gerais**

- Promoção de uma educação inovadora, autônoma, democrática e inclusiva, para

o exercício consciente do direito e da cidadania.

- Formação de cidadãos éticos, reflexivos, participativos e solidários que possam viver e conviver com liberdade em harmonia e na sociedade.
- Valorização dos profissionais da Escola por meio de promoção de oportunidades de formação continuada, entre outros.

### **Metas Específicas**

- Envolvimento de toda a comunidade escolar (professores, alunos, pais ou responsáveis, servidores) no compromisso de elevar a Proficiência Média da Escola prevista no PIP de 2014 e Acordo de Resultados SEE/SRE e ESCOLA;
- Inovação das práticas pedagógicas tendo em vista a melhoria do processo ensino-aprendizagem;
- Implantação e implementação de projetos pedagógicos, inter e transdisciplinares;
- Desenvolvimento de ações pedagógicas inovadoras que motivem os alunos, despertando-lhes o interesse pelos estudos e elevando sua autoestima;
- Avaliação constante do processo educativo, para a superação das dificuldades e replanejamento de objetivos e metas para a eficácia do mesmo;
- Promoção de uma aprendizagem que possibilite ao aluno a continuidade de estudos e sua inserção no mercado de trabalho;
- Valorização dos profissionais propiciando o melhor desempenho de sua função em prol do sucesso da escola;
- Formação continuada de professores e demais servidores através de aperfeiçoamento contínuo em prol da aprendizagem do aluno;
- Integração Escola, Família e Comunidade para a consolidação do trabalho proposto.

O alcance de todas essas metas estará condicionado ao desempenho satisfatório de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem. Se um dos elos se romperem, o trabalho de todos será comprometido. Assim o acompanhamento se faz necessário diuturnamente.



## **ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

### **Estrutura Organizacional Administrativa**

A E. E. Virgílio de Melo Franco está localizada à Rua Natal Justino da Costa, nº 560, centro do município de Unaí/MG; tem sua clientela constituída de adolescentes na faixa etária que varia entre 14/15 (quatorze/quinze) e 17/18 (dezesete/dezoito) anos, e de jovens e adultos da EJA, somando-se um total de 1.060 (um mil e sessenta) alunos matriculados no Ensino Médio, nas séries (1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup>, 3<sup>a</sup>) Regular e EJA – Educação de Jovens e Adultos, períodos (1<sup>o</sup>, 2<sup>o</sup>, 3<sup>o</sup>). Desses 1.060 alunos a maioria é moradora dos bairros circunvizinhos, complementando o seu total, com alunos da zona rural que utilizam as várias linhas do transporte escolar municipal para se dirigirem à escola.

Os alunos, matriculados nos turnos: matutino e vespertino são filhos de funcionários públicos municipal, estadual e federal, bancários, empresários, comerciantes, comerciários, trabalhadores autônomos, agricultores, lavradores, assentados, entre outros. Os alunos do turno noturno, jovens com idade acima de 18 (dezoito) anos e adultos, são trabalhadores dos diversos ramos, como: manicuras, cabeleireiros, açougueiros, autônomos, empregadas domésticas, do lar, comerciantes, comerciários, funcionários públicos e outros.

Os equipamentos oferecidos aos alunos, professores e demais servidores são: data show, telas interativas, computadores, notebook, TV, vídeo, DVD, retroprojeter, telão, material esportivo e pedagógico para a realização das atividades docentes, e um considerável acervo bibliográfico.

O quadro de funcionários é composto de 89 servidores sendo: 01 diretor e 02 vice-diretores; 01 coordenador do Projeto Reinventando o Ensino Médio; 01 coordenador do PRONATEC; 03 EEB: supervisores; 08 ATB: 01 secretário escolar; 06 auxiliares de secretaria e 01 ATB financeiro; 15 ASB: 03 porteiros e 12 cantineiros; 03 professores de ensino do uso de biblioteca e 51 professores na docência, sendo em média 93% (noventa e três) habilitados na função e 7% (sete) com graduação superior (bacharelados).

A Estrutura Administrativa da Escola Estadual Virgílio de Melo Franco é formada por três instâncias: Área Administrativa: Direção, Colegiado Escolar e APM; Área Financeira: Caixa Escolar e Conselho Fiscal e Área Pedagógica: Equipe Docente, Grêmio Estudantil, Supervisão Escolar e Orientação Educacional.

Compete às Equipes Administrativa, Pedagógica e Financeira: planejar, coordenar, acompanhar e avaliar o Plano de Ação da Escola norteado pelo Projeto Político Pedagógico.

As Áreas: Administrativa, Pedagógica e Financeira da Escola é dividida em setores de trabalho, cujo funcionamento e atribuições decorrem das necessidades do estabelecimento, em consonância com legislação vigente.

### **Estrutura Organizacional Pedagógica**

A Escola Estadual Virgílio de Melo Franco atende em 03 turnos, no total de 29 turmas, sendo 12 no matutino, 07 no vespertino e 11 no noturno. No noturno, conta com 03 turmas de ensino regular, 06 turmas de EJA e 02 turmas de PRONATEC – Técnico em Informática.

As turmas têm em média 40 alunos que são enturmados de acordo com a faixa etária nas turmas de 3º ano e EJA. Nas turmas de 1º e 2º ano, por fazerem parte do Projeto Reinventando o Ensino Médio, os alunos são enturmados de acordo com a área de empregabilidade, depois de realização do Seminário de Percursos, quando eles têm a oportunidade de conhecerem as áreas oferecidas pela escola e, então, escolherem a que querem cursar (Resolução SEE N° 2442/2013).

O Projeto Reinventando o Ensino Médio propõe a ressignificação do Ensino Médio através da implementação de políticas públicas que visam garantir o acesso e permanência dos jovens no Ensino Médio. A LDBEN n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu art. 22, assim determina:

a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Assim sendo, são três os princípios fundamentais do projeto: significação/identidade do Ensino Médio, empregabilidade e qualificação acadêmica.

A educação tem seu foco principal na formação cidadã de seus alunos, que envolve um processo ideológico de formação pessoal e social e de reconhecimento desse processo em termos de direitos e deveres. Tal processo efetiva-se através de constantes lutas contra as discriminações, da abolição de barreiras entre indivíduos e contra as opressões e os tratamentos desiguais, ou seja, pela extensão das mesmas condições de acesso às políticas públicas e pela participação de todos nas tomadas de decisões.

O desafio histórico e milenar é garantir condições de acesso e permanência nas escolas. Assim, todos terão chances de competirem com igualdade, respondendo por suas obrigações e direitos. O que já é garantia de cidadania.

A educação formal vai garantir o acesso a uma gama de informações, fazendo com que este cidadão/cidadã se posicione diante de qualquer desafio com consciência. Vai ser garantia de sucesso nas relações pessoais, profissionais e com o meio em geral.

De acordo com Vygotsky (apud LA TAILLE; OLIVEIRA; DANTAS, 1992), “o processo de apropriação do conhecimento se dá nas relações reais do sujeito com o mundo. Portanto inclui relações entre pessoas”. Ao se tratar da aprendizagem na escola, verifica-se que a mediação do conhecimento é o objetivo maior, onde o professor possibilita a aprendizagem, que é apreendida pelos alunos, numa relação de interação, que resulta num constante “ensinar” – do professor – e “aprender” – do aluno.

O processo ensino-aprendizagem como eixo do trabalho da Escola, deve ser identificado com um dos elementos básicos, desse processo, para atingir seu fim último: a formação integral do educando.

A equipe pedagógica realiza encontros periódicos para planejamento e utiliza a pedagogia de projetos para o desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem.

Numa educação libertadora (Freire, 1970), que busca a transformação da realidade, o conhecimento passa a ser fruto de uma construção dialógica, política e, conseqüentemente coletiva, onde o processo de ensino-aprendizagem adquire movimento de troca e de crescimento, num movimento dialético permeado de contradições e de mediações entre os sujeitos envolvidos no processo.

Levando em conta que a educação é ao mesmo tempo um processo individual e um processo social que acontece através das interrelações, a Escola Virgílio de Melo Franco busca referências em algumas tendências existentes no sistema pedagógico. Objetivando suscitar no educando a consciência de si e do mundo, sujeito que “aprende e ensina/ensina e aprende, vive e convive”, a Escola apoia-se nas teorias de Paulo Freire enfatizando a dialogicidade, em Piaget embasando-se no construtivismo e no interacionismo de Vygotsky, enriquecendo as práticas através de H. Wallon, P. Perrenoud, D. Goleman, E. Morin, e tantos outros pensadores que, a cada dia vem contribuindo com suas ideias, para o “fazer pedagógico” dos docentes.

A Escola busca na pedagogia de Paulo Freire, a teoria dialética do conhecimento, que parte do movimento ação-diálogo-ação: a teoria reflete sobre a prática e retorna a ela, para transformá-la. Professor e aluno aprendem juntos numa relação dialógica e dinâmica na qual a prática, orientada pela teoria direciona-a, num processo de constante aperfeiçoamento.

A Escola Estadual Virgílio de Melo Franco, utiliza a tendência pedagógica Construtivista. Os alunos são sujeitos de suas curiosidades.

Piaget sustenta que o conhecimento não procede nem da experiência única dos objetos nem de uma programação inata pré-formada no sujeito, mas de construções sucessivas com elaborações constantes de estruturas novas (PIAGET, 1976). E, Mizukami (1996, p 60) acrescenta que:

O ser humano constrói o seu conhecimento interagindo com o meio, desenvolvendo suas estruturas cognitivas até atingir um nível de maturidade que permita elaborar o aprendido e novamente recomeçar o processo.

Para Vygotsky a interação com o meio e com o outro acontece nas relações cotidianas e histórico-sociais onde "o homem é um ser essencialmente social e histórico que, na relação com o outro, em uma atividade prática comum

intermediada pela linguagem se constitui e se desenvolve enquanto sujeito” (FREITAS, 1995). Um caminho em que, à medida que constrói sua singularidade, atua sobre as condições objetivas da sociedade, transformando-as.

A tendência pedagógica que esta Instituição utiliza, para desenvolver o processo educacional, fundamenta-se na constante busca da qualidade. De um ensino, que estimule e desafie o aluno em sua inteligência, propiciando o espírito crítico, reflexivo e ético, e criando situações para que aprenda igualmente, cada um de acordo com sua aptidão e com suas possibilidades, para uma aprendizagem adquirida na escola possa torná-lo cidadão realizado e feliz.

## **CURRÍCULO**

O currículo é um conjunto de procedimentos educativos que determinam os conhecimentos a serem adquiridos pelo aluno, por um programa de atividades planejadas e ordenadas metodologicamente, para o estabelecimento de uma proposta de ensino.

De acordo com Vasconcellos (2000, p. 353):

Um currículo que tem a atividade humana como princípio educativo está profundamente comprometido, simultaneamente, com a atividade discente e docente. A perspectiva é a superação tanto da passividade quanto da reatividade das práticas instrucionistas. Chama a atenção à falta de sentido pessoal para a prática, seja por parte do aluno seja do próprio professor. São ações mecânicas, mas não autênticas atividades humanas.

Por essa razão o currículo, além de ser um instrumento de orientação – relação de conteúdos e práticas de ensino, etc. – do processo de ensino (docente) e de aprendizagem (discente), não pode ser ignorada a sua a dimensão humana, pois nele se incluem os sujeitos da aprendizagem: aluno e professor.

O Guia de Estudos para Certificação Ocupacional do Dirigente Escolar – SEE/MG (2006) apresenta a seguinte definição para currículo:

[...] um conjunto de ações que cooperam para a formação humana. Nesse sentido, falar de currículo é falar de uma perspectiva de mundo, de sociedade e de ser humano. O currículo preside as atividades educativas

escolares, define suas intenções e proporciona subsídios para a execução das ações. Porém, questões como o que ensinar, quando ensinar, como ensinar e como avaliar deve estar presentes.

A Escola Estadual Virgílio de Melo Franco, em 2013, iniciou-se o Projeto Reinventando o Ensino Médio, com as turmas de 1º ano, prosseguindo gradativamente o atendimento nesse projeto que, a partir de 2014 tornou-se uma política pública do Governo de Minas Gerais.

O projeto Reinventando o Ensino Médio, através da reformulação curricular tem como objetivo, a criação de um ciclo de estudos com identidade própria, que propicie, simultaneamente, melhores condições para o prosseguimento dos estudos e mais instrumentos favorecedores da empregabilidade dos estudantes ao final de sua formação nesta etapa de ensino. (Caderno de Orientações do Projeto Reinventando o Ensino Médio, 2013)

O currículo do Ensino Médio é organizado por uma Base Comum Nacional e uma Parte Diversificada, onde deve ser considerada a diversidade cultural, econômica e social da região, bem como as áreas de Empregabilidade escolhidas pela Escola Estadual Virgílio de Melo Franco.

Dentre as áreas de Empregabilidade oferecida pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais foram escolhidas pela comunidade escolar da Escola Estadual Virgílio de Melo Franco às seguintes áreas: Comunicação Aplicada, Meio Ambiente e Recursos Humanos e Tecnologia da Informação.

A Base Comum Nacional do currículo é dividida em 03(três) áreas do conhecimento:

- **Linguagem, Códigos e suas Tecnologias: composta pelos conteúdos de Língua Portuguesa, Arte e Educação Física.**
- **Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias: que se subdivide em Matemática, Química, Física e Biologia.**
- **Ciências Humanas e suas Tecnologias: constituída por História, Geografia, Filosofia e Sociologia.**

A Parte diversificada é dividida em:

- **Linguagem, Código e suas tecnologias: compreendida por Língua Estrangeira Moderna.**
- **Áreas de Empregabilidade.**

Os conteúdos das áreas de Empregabilidade são subdivididos nos três anos que compõem o Ensino Médio. A Escola Estadual Virgílio de Melo Franco oferece duas Línguas Estrangeiras: Inglês e Espanhol.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) oferece oportunidade aos jovens adultos que não tiveram condições de concluir seus estudos. Os maiores de 15 anos poderão concluir o Ensino Fundamental e os maiores de 18 anos concluirão o ensino médio.

A Escola Estadual Vergílio de Melo Franco, oferece a modalidade presencial aos jovens adultos, maiores de 18 anos que estiverem aptos a concluir o ensino médio.

A Proposta Curricular tem a finalidade de possibilitar ao educando a produção do próprio conhecimento, com ênfase na autonomia e independência intelectual do mesmo.

Uma proposta curricular que garanta o êxito do processo educativo precisa ser essencialmente interdisciplinar, devido vivermos no mundo da comunicação, da pesquisa e da tecnologia, pois o ensino e a aprendizagem carecem interagir com os meios tecnológicos, para que a aprendizagem se concretize eficazmente.

A organização da proposta curricular obedece ao regime seriado anual, compreendendo 03 (três) para o Ensino Médio comum, e regime de etapas semestral compreendendo 03 (três) para a Educação de Jovens e Adultos.

O Ensino Médio comum diurno e noturno é oferecido através de módulos de 50 minutos, com 05 aulas diárias, totalizando-se 25 módulos semanais, 833h20min anuais em 200 dias letivos. As turmas de 1º e 2º ano fazem parte do projeto Reinventando o Ensino Médio e no diurno são oferecidas 06 aulas diárias, no total de 30 módulos semanais e 1000:00 horas anuais, no noturno são 25 módulos semanais e 116h40min são oferecidas na forma de projetos extracurriculares.

A Educação de Jovens e Adultos – EJA é ministrada em 01 ano e meio<sup>1</sup>, 03 semestres, em 100 dias letivos e carga horária presencial total de 416h40min. A opção por 04 módulos diários de 50 minutos gera a reposição da carga horária de

---

<sup>1</sup>Em 2013, o curso presencial EJA do Ensino Médio, terá duração de 01 (um) ano e meio, organizado em 03 (três) períodos semestrais. A nova organização será implantada, gradativamente, a partir de fevereiro de 2013. (art. 40, Res. SEE nº 2.197/12)

83h20min, que será ministrada através de atividades complementares previstas no calendário escolar da instituição.

Conforme a Resolução SEE nº 2.197/2012:

O Projeto Político-Pedagógico da Escola e o Regimento Escolar devem contemplar as condições de acesso, percurso e permanência dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas comuns do ensino regular, garantindo o processo de inclusão.

Deste modo o Projeto Político Pedagógico deverá oferecer ações e atividades que permitam aos alunos com necessidades especiais, vivências educativas, culturais e esportivas em conjunto com os demais alunos. Para isso a escola deverá:

- Preparar os professores para trabalhar com a diversidade;
- Distribuir os alunos com necessidades educacionais especiais nas turmas, evitando-se a sua concentração em uma única turma;
- Estimular a cooperação e solidariedade entre alunos;
- Trabalhar com sistemas de monitorias de alunos;
- Tornar o prédio acessível, sem barreiras arquitetônicas e atitudes preconceituosas ou desrespeitosas ao aluno;
- Possuir diversos serviços de apoio disponíveis aos professores e alunos;
- Articular família/comunidade/escola e instituições especializadas, procurando sempre o cumprimento da função escolar com todos os alunos, independentemente de suas condições.

No ensino tradicional os currículos eram organizados na forma disciplinar. Isso gerou a fragmentação dos processos pedagógicos em disciplinas. A interdisciplinaridade e transdisciplinaridade investem na busca da superação dessa fragmentação.

A conexão entre as disciplinas do currículo torna o ensino mais acessível simplificando o entendimento devido à relação natural do mesmo com os demais componentes curriculares, contribuindo para a constituição de experiências e práticas coletivas entre professores especialistas e estudantes, visando superar a segmentação e formalização dos conteúdos escolares, além de promover a aprendizagem propriamente dita.



## COMPONENTES CURRICULARES DA BASE NACIONAL COMUM / ENSINO MÉDIO

<b>Componentes Curriculares (Áreas)</b>	<b>1ª série<sup>2</sup></b>	<b>2ª série</b>	<b>3ª série</b>
Linguagens, Códigos e suas Tecnologias.	Língua Portuguesa	Língua Portuguesa	Língua Portuguesa
	Arte	_____	_____
	Educação Física*	Educação Física	Educação Física
Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Biologia	Biologia	Biologia
	Matemática	Matemática	Matemática
	Física	Física	Física
	Química	Química	Química
Ciências Humanas e suas Tecnologias	Geografia	Geografia	Geografia
	História	História	História
	Filosofia	Filosofia	Filosofia
	Sociologia	Sociologia	Sociologia
PARTE DIVERSIFICADA	Língua Estrangeira Moderna Inglês	Língua Estrangeira Moderna Espanhol	Língua Estrangeira Moderna Espanhol

Fonte: Lei Federal – LDB nº. 9.394, de 20/12/96; Resolução CNE/CEB nº. 2, de 30/01/12; Res. SEE nº. 2486, de 20/12/13. (Adaptado pelos autores)

ENSINO MÉDIO NA MODALIDADE – EJA<sup>3</sup>

<b>Componentes Curriculares (Áreas)</b>	<b>1ª série<sup>4</sup></b>	<b>2ª série</b>	<b>3ª série</b>
Linguagens, Códigos e suas Tecnologias.	Língua Portuguesa	Língua Portuguesa	Língua Portuguesa
	Arte	_____	_____
	Educação Física*	Educação Física	Educação Física
Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Biologia	Biologia	Biologia
	Matemática	Matemática	Matemática
	Física	Física	Física
	Química	Química	Química
Ciências Humanas e suas Tecnologias	Geografia	Geografia	Geografia
	História	História	História
	Filosofia	Filosofia	Filosofia
	Sociologia	Sociologia	Sociologia
PARTE DIVERSIFICADA	Língua Estrangeira Moderna Inglês	Língua Estrangeira Moderna Espanhol	Língua Estrangeira Moderna Espanhol

Fonte: Lei Federal – LDB nº. 9.394, de 20/12/96; Resolução CNE/CEB nº. 2, de 30/01/12; Res. SEE nº. 2017, de 29/12/11. (Adaptado pelos autores)

<sup>2</sup> Com a implantação do projeto “Reinventando o Ensino Médio” – Res. SEE nº 2.030/12, em fevereiro de 2013, o currículo da 1ª série deverá proceder a uma nova metodologia de ensino.

<sup>3</sup> Em 2013, o curso presencial do Ensino Médio, na modalidade Educação de Jovens e Adultos - EJA terá a duração de 01 (um) ano e meio, organizado em 03 (três) períodos semestrais, com implantação gradativa (art.40, inciso II, da Resolução SEE nº 2.197/2012, de 26/10/12).

<sup>4</sup> Com a implantação do projeto “Reinventando o Ensino Médio” – Res. SEE nº 2.030/12, em fevereiro de 2013, o currículo da 1ª série deverá proceder a uma nova metodologia de ensino.

Vários Eventos Escolares fazem parte da programação curricular da Escola Virgílio de Melo Franco que, respeitando as diversidades culturais existentes e seus sujeitos, são planejadas ações pedagógicas embasadas nos princípios:

I - Éticos: de justiça, solidariedade, liberdade e autonomia; de respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito de origem, gênero, etnia, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;

II - Políticos: de reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania, de respeito ao bem comum e à preservação do regime democrático e dos recursos ambientais; da busca da equidade e da exigência de diversidade de tratamento para assegurar a igualdade de direitos entre os alunos que apresentam diferentes necessidades;

III - Estéticos: do cultivo da sensibilidade juntamente com o da racionalidade; do enriquecimento das formas de expressão e do exercício da criatividade; da valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente, a da cultura mineira e da construção de identidades plurais e solidárias. (art. 3º, Res. SEE/MG nº 2.197/2012)

As ações acima mencionadas são trabalhadas em consonância com os aspectos de Vida Cidadã: Saúde, Sexualidade, Vida Familiar e Social, Meio Ambiente, Trabalho, Ciência e a Tecnologia, Cultura e as Linguagens (Res. CEB nº 2/98) através da articulação entre vários componentes curriculares.

Assim, esta articulação permitirá que a Base Nacional Comum e a Parte Diversificada atendam ao direito de alunos e professores terem acesso a conteúdos mínimos de conhecimentos e valores, facilitando, desta forma, a organização, o desenvolvimento e a avaliação das propostas pedagógicas das escolas, como estabelecido nos artigos 23 a 28, 32 e 33 da LDB. (Parecer CNE/CEB nº 4/10)

Deste modo, será possível uma construção dialógica, não apenas em relação aos aspectos curriculares. Alunos, professores e toda a comunidade escolar se constituirão como sujeitos e, como tal, serão valorizados com todas as suas especificidades, proporcionando condições para a formação cidadã.

## **TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES**

Visando atender à demanda para os anos seguintes as turmas deverão ser organizadas antes do início do ano letivo subsequente, para que a instituição possa

oferecer as vagas remanescentes àqueles que desejam matricular-se nas diversas séries dos turnos matutino, vespertino e noturno.

Na organização das turmas deve o professor primar pelo respeito às diversidades existentes em uma sala heterogênea. É importante que o mesmo consiga superar os mecanismos de seleção, de regulação padronizada e de nivelamento.

O currículo escolar parte dos pressupostos que todos podem aprender devendo a escola estar preparada pedagogicamente, para ministrar o conhecimento a todos os seus alunos indistintamente, preservando o respeito às diferenças para a superação dos fracassos escolares existentes em busca da eficácia do processo educacional.

No ensino médio as turmas são organizadas por faixa etária, de maneira que a enturmação observará os parâmetros legais – no ensino médio: 40 (quarenta) alunos por turma – (Anexo II, da Resolução SEE nº 2.018, de 06/01 de 2012). No 1º ano do Ensino Médio, após o Seminário de Percurso, a enturmação é feita de acordo com a área de empregabilidade escolhida pelo aluno.

A Escola não possui um sistema de monitoramento permanente, mas os alunos recebem atendimento esporádico dos professores, supervisores e professores de ensino do uso da biblioteca, para esclarecimento de dúvidas que possam apresentar no decorrer do desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem.

A Escola Virgílio de Melo Franco oferece aos seus alunos espaço físico – laboratório de informática, laboratório Química/Física/Biologia, Biblioteca Escolar, sala de multimídia – amplo e adequado, munido de materiais didáticos e tecnológicos, que contribuem para o estudo e a pesquisa, visando à efetivação do êxito da aprendizagem de seus alunos.

A Escola, no atendimento à diversidade educacional existente, procura elaborar Planos de Ensino e Projetos Específicos de trabalho com fins de viabilizar o processo de ensino e de aprendizagem evidenciando provocar, em seus alunos, mudanças de comportamento e atitudes.

Os planos e projetos elaborados propõem envolver educadores e educandos num trabalho mais amplo, dentro das necessidades da realidade escolar, através de pesquisa e estudo, e outras estratégias. Dentre os planos e projetos da Escola, os considerados mais necessários e que já fazem parte do Calendário de Eventos, são:

- Plano de Intervenção Pedagógica – PIP – 2012/2013;
- Projeto Alternativo de Letramento – 2012/2013;
- Projeto de Educação Afetivo Sexual – PEAS;
- Projetos complementares de CH da EJA;
- Projetos Inter e Transdisciplinares: Meio Ambiente; Cidadania; Diversidade; Idoso; Afro; Saúde; outros.

Na elaboração dos Planos de Ensino, devem constar as atividades propostas no Plano de Intervenção Pedagógica – PIP, bem como os conteúdos constantes dos Componentes Básicos Curriculares – CBC e Componentes Básicos Curriculares de Empregabilidade – CBCE. Para melhor ser trabalhado, o plano de ensino deve ser dividido em semestres ou bimestres, cujos conteúdos de estudo podem ser mais detalhados para melhor operacionalização dos mesmos.

Algumas estratégias metodológicas sugeridas:

- Projetos de trabalho – nascem das necessidades surgidas em sala de aula;
- Projetos alternativos – elaborados pelo coletivo escolar, para atender as dificuldades específicas;
- Sequências Didáticas, Unidades de Estudos, Centros de Interesse – elaborados para atender a uma unidade de estudo específica, podendo ser planejados por disciplina, áreas de estudo ou blocos de disciplinas.

A elaboração das estratégias de trabalho é de responsabilidade do professor, caso queira pode solicitar o acompanhamento e orientação do pedagogo da Escola.

## **PROCESSO DE DECISÃO**

A gestão da Educação é responsável por garantir a qualidade de uma mediação no seio da prática social global (Saviani, 1980, p.120), que se constitui no único mecanismo de humanização do ser humano, que é a educação, a formação humana de cidadãos.

“A participação e a democratização num sistema público de ensino é a forma mais prática de formação para a cidadania”. (Gadotti, 1995, p. 42). Sendo assim, a Escola

só se constituirá como democrática se tiver com frequência, a participação da comunidade escolar por ela atendida.

A professora Amélia Hamze de Castro é responsável pela seção de Pedagogia no Portal Educacional Brasil Escola. Ela relembra que

Os artigos 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e 22 do Plano Nacional de Educação (PNE) indicam que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolares e locais em conselhos escolares. Devemos enfatizar então que a democracia na escola por si só não tem significado. Ela só faz sentido se estiver vinculada a uma percepção de democratização da sociedade.

Assim, a gestão participativa oportuniza a comunidade escolar o envolvimento necessário para reconstruir uma educação de qualidade. Uma gestão democrática requer a participação da comunidade escolar nos processos que se evoluem em permanente formulação e em implementação coletiva de metas, objetivos, estratégias e procedimentos da Escola, quer sejam a respeito dos aspectos pedagógicos, quer sejam relativos à gestão administrativa, dos recursos humanos e financeiros.

O processo de indicação de dirigente da Escola Estadual Virgílio de Melo Franco é realizado de acordo com a legislação vigente e consta o mesmo de espírito ético, democrático e transparente. Participam deste processo, alunos, devidamente matriculados e frequentes e funcionários do quadro da Escola.

Os candidatos interessados ao cargo de diretor – devidamente aprovados no processo Certificação de Diretores de Escolas Estaduais da SEE –, juntamente com seus vice-diretores apresentam à comunidade escolar, em assembleia geral, seu Plano de Ação, para conhecimento e apreciação do mesmo. O processo de indicação ocorre por meio de voto direto, para a escolha do futuro gestor, que dirigira a escola por um determinado período.

Ao ser indicado, o novo gestor leva ao conhecimento da comunidade escolar o Termo de Compromisso, que é assinado no ato de posse. Este traz as atribuições do cargo assumido, para que a mesma possa acompanhar e cobrar caso necessário.

Realizar uma gestão democrática é acreditar que todos possam encontrar caminhos para atender melhor aos anseios da comunidade escolar, gestão esta que deverá ser mediada pelos princípios fundamentais da descentralização, participação e transparência.

É apresentando planos e partilhando todas as ações que a Escola Estadual Virgílio de Melo Franco, conseguirá atingir as metas pactuadas, indo além destas pois:

O gestor líder volta suas ações para os bons resultados da educação e esse objetivo é buscado pela divisão de tarefas, por assumir aquelas não-delegáveis, por integrar ideias e ações de forma a se solidificar um grande compromisso com as famílias e comunidade envolvidas. (GUIA DO DIRETOR ESCOLAR, SEE-MG)

Em reuniões ordinárias e extraordinárias com o Colegiado Escolar, bimestralmente com os Conselhos de Classe e, semestralmente, com a Comunidade Escolar, que a Escola Virgílio de Melo Franco expõe sobre a importância e valorização e funcionamento de todos os segmentos, para a concretização do seu Plano Educacional. É importante lembrar que nos Conselhos de Classe são priorizadas as discussões sobre:

- Disciplinas e comportamentos dos alunos;
- Desempenho satisfatório e não satisfatório;
- Sugestões para aprimoramento da prática educativa, enfatizando o desempenho do professor e equipe escolar.

A Caixa Escolar “Virgílio de Melo Franco” é regida por estatuto próprio e seu funcionamento procede em conformidade com a legislação vigente. Tem por finalidade, a prestação de serviços de assistência ao aluno e a Instituição Escolar, pois como afirma Hora (1999, p.53) “a escola como instituição social tem a possibilidade de construir a democracia como forma política de convivência humana”.

Semestralmente, a Escola reúne em assembleia a Comunidade Escolar, para prestar informações a respeito das prestações de contas referentes aquele semestre. Ainda em assembleia a Escola faz conhecer as prioridades da Caixa Escolar e do Colegiado Escolar, como órgãos responsáveis para a aquisição e aprovação das prestações de contas realizadas pela Escola.

A aquisição de material de consumo e permanente é realizada por meio de licitação pública, pela Comissão de Licitação atendendo às exigências do Tribunal de Contas do Estado. Os recursos são adquiridos através das Quotas Estaduais do Salário-Educação (QESE), do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FNDE) para o custeio das necessidades gerais da Escola.

## **RELAÇÃO DE TRABALHO**

Para assegurar a harmonia e evitar situações de conflitos, a Escola Estadual Virgílio de Melo Franco, utiliza-se do Código de Ética e de Boa Convivência, que prima pelo:

- Diálogo aberto individual ou em grupo – quando é necessário fazer alguma advertência a um profissional, procura ressaltar a importância dos direitos e deveres de cada profissional em seu cargo e função.
- O respeito ao outro – requisito principal para uma boa relação profissional, pois se procura acatar a realidade individual, a diversidade de ideias, natural de cada pessoa promovendo assim, um relacionamento interpessoal harmonioso na Instituição.

Para Lucchesi (1997, p. 233-4), o diretor é um importante profissional nesse contexto. Ele deve ser um articulador. E assim, salienta que:

Canalizar a fluência desse poder numa ação educativa parece constituir um desafio para o diretor da escola, articulador de todas as forças no interior desta instituição... Para isso, faz-se necessário que ele esteja consciente das micro relações de poder que perpassam seu cotidiano para poder exercer seu papel de articular a organicidade da escola, sem permanecer aferrado a sua face legal. Caso contrário, pode ocorrer o que vem se tomando uma prática institucional: o diretor representa o poder de plantão.

Na Escola Estadual Virgílio de Melo Franco o Diretor é “um ser articulador”, que deixa claro a importância e valorização do respeito, da responsabilidade e da solidariedade entre funcionários, aspirando ao bem estar de todos, lembrando que, como seres que vivem em sociedade temos normas e limites a serem observados, e que os mesmos são de extrema relevância nas relações entre as pessoas, em especial as que lidam com a educação, pois:

Zelar pelo bem-estar de todos os servidores, concedendo-lhes benefícios e vantagens que lhes são de direito, em tempo hábil, proporcionar-lhes ambiente propício para o exercício de suas funções, possibilitar-lhes formação continuada e avaliação de desempenho individual justa, são ações imprescindíveis na gestão de pessoas. (Guia do Diretor Escolar, SEE-MG)

A Escola Virgílio de Melo Franco mantém um relacionamento aberto e transparente com a Família na busca de uma melhor interação com a mesma e, conseqüentemente, a consolidação do seu planejamento de trabalho, que incide sobre o “acesso, permanência e sucesso” do aluno no processo educacional.

Durante todo o ano letivo, a Escola se relaciona com os Pais e a Comunidade por meio de eventos, homenagem, festa junina, folclore, sarau literário, palestras informativas, diálogos, entrega de resultados das avaliações bimestrais e informações sobre os dos resultados das avaliações externas, para análise e discussão dos mesmos.

Além disso, valoriza sempre os pais e alunos respeitando-os, acatando sugestões, atendendo-os com afabilidade. É motivando a presença dos pais e alunos na escola que promoveremos um maior comparecimento destes nos eventos constantes do Calendário Escolar. Dessa forma a Escola Estadual Virgílio de Melo Franco, procura estreitar cada vez mais, os “laços” Escola e Família.

Algumas ações propostas para estreitar os laços “Família e Escola”:

- Motivar os pais a frequentar reuniões promovidas pela escola, principalmente no início do ano letivo – assembleias – para informar sobre a estrutura e funcionamento e do planejamento da Escola para aquele ano/ semestre letivo, e bimestralmente, após o Conselho de Classe, com os resultados do processo de ensino-aprendizagem, propondo à família dar sugestões para a melhoria do desempenho, da turma e/ou do filho;
- Incentivar a comunidade a participar dos eventos promovidos Escola: apresentações artísticas, cívicas, esportivas e outros.
- Promover encontros com os Pais, para discussão de temas como adolescência, autoestima, drogas, disciplina, valores, saúde, aprendizagem, e outros temas pertinentes.



A escola comunica-se constantemente com a família e a comunidade, sobretudo para a divulgação e do seu Plano de Trabalho envolvendo-a como grande parceira no cumprimento de sua função precípua: educar.

Quando solicitada e autorizada pelo Colegiado Escolar, a Escola Estadual Virgílio de Melo Franco oferece seu espaço físico: salas de aula, quadras esportivas, para a comunidade local realizar eventos variados: encontros, reuniões para estudos, cursos, jogos externos na responsabilidade dos interessados de cuidarem e valorizarem o espaço utilizado.

## AVALIAÇÃO

Luckesi (1998, p. 69), assim define avaliação: “Entendemos avaliação como um juízo de qualidade sobre dados relevantes, tendo em vista uma tomada de decisão”.

A Nova LDB, em seu Art. 24, inciso V, diz que “a verificação do rendimento escolar observará (...)” dentre os seguintes critérios a:

Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais [...]

Desse modo, o processo de avaliação deve ser contínuo e paralelo ao ensino. Deve acontecer durante todo o ano letivo, em vários momentos e de diversas formas, de modo que o professor possa detectar se o conteúdo foi ou não apreendido pelo aluno e se as estratégias utilizadas foram adequadas/apropriadas para tornar a aprendizagem significativa para o educando.

Na literatura existem três formas de avaliação. A cada necessidade, o educador poderá se valer de uma das modalidades descritas a seguir:

Avaliação Formativa – é aquela que auxilia o professor no seu fazer pedagógico, fornecendo dados para uma tomada de decisão. Perrenoud (2000, p.103) diz:

É formativa toda avaliação que ajuda o aluno a se desenvolver, ou melhor, que participa da regulação das aprendizagens e do desenvolvimento no sentido de um projeto educativo.

Avaliação Somativa - De acordo com Haydt (1997, p. 18), “a Avaliação Somativa, com função classificatória, realiza-se ao final de um curso, período letivo ou unidade

de ensino [...]”. Como definido, essa modalidade de avaliação classifica os alunos para prosseguir nos estudos.

Avaliação Diagnóstica - Haydt (op. cit. p. 292 -93) diz que:

[...] A avaliação diagnóstica auxilia o professor a determinar quais são os conhecimentos e habilidades que devem ser retomados antes de introduzir os novos conteúdos previstos no planejamento. [...] também permite diagnosticar as dificuldades dos alunos [...].

Dessa forma na Escola Estadual Virgílio de Melo Franco a prática pedagógica é desenvolvida num processo contínuo e global, que possibilite a ação-reflexão-diagnóstico-tomada-de-decisão, para chegarmos às novas ações que concretizem a qualidade do ensino.

A avaliação da aprendizagem dos alunos será realizada pelos professores em regime de colaboração com a equipe pedagógica. Nos casos de classificação e/ou reclassificação poderá ocorrer sob a responsabilidade de uma comissão, composta pelo gestor, supervisor e alguns professores

A avaliação jamais poderá assumir um caráter punitivo. Além disso, deverá prever diferentes estratégias de modo a propiciar aos diferentes tipos de alunos condições de demonstrar suas habilidades e competências. Para tal, o professor deverá utilizar-se de “observação, o registro descritivo e reflexivo; os trabalhos individuais e coletivos; os portfólios, exercícios, entrevistas; as provas, testes, questionários, etc.” conforme previsto no artigo 70 da Resolução SEE 2197.

Cada educador, após identificado as necessidades individuais de cada aluno, deverá desenvolver as atividades de modo a atendê-los integralmente, garantindo que os mesmos tragam significação/ressignificação, consolidando assim as competências e habilidades diagnosticadas.

A análise dos resultados da avaliação interna da aprendizagem, realizada pela Escola Estadual Virgílio de Melo Franco e os resultados do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública – SIMAVE –, constituído pelo Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica – PROEB –, devem ser considerados para elaboração, anualmente, do Plano de Intervenção Pedagógica (PIP).

A Escola e os professores, com o apoio das famílias e da comunidade, devem envidar esforços para assegurar o progresso contínuo dos alunos no que se refere ao seu desenvolvimento pleno e à aquisição de aprendizagens significativas, lançando mão de todos os recursos disponíveis, e ainda:

- Criando, ao longo do ano letivo, novas oportunidades de aprendizagem para os alunos que apresentem baixo desempenho escolar;
- Organizando agrupamento temporário para alunos de níveis equivalentes de dificuldades, com a garantia de aprendizagem e de sua integração nas atividades cotidianas de sua turma.

A escola deve prever, conforme Resolução em vigor, diferentes oportunidades de recuperação aos alunos que não obtiveram resultados satisfatórios. Sendo assim, a Resolução 2197, em seu artigo 78 estabelece:

Estudos Contínuos de recuperação – ao longo do processo ensino-aprendizagem;  
Estudos periódicos de Recuperação – aplicados após o encerramento de cada bimestre; - Estudos independentes de recuperação, no período de férias escolares, com avaliação antes do início do ano letivo subsequente. Última estratégia, utilizada caso as medidas tomadas no decorrer do ano letivo, não surta os resultados esperados.

A progressão parcial permite ao aluno avançar para a série seguinte, sendo possíveis assim, novas oportunidades para no ano seguinte, consolidar os conhecimentos, competências e habilidades básicas. Conforme descrito no artigo 74 da resolução 2197

A partir de 2014, os alunos poderão se beneficiar da progressão parcial em até três componentes curriculares. Valendo também para os alunos do nono ano, que até então eram considerados reprovados, caso não conseguissem consolidar a aprendizagem no ano em curso. A Resolução 2197 da SEE/MG em art. 75 diz:

§ 1º O aluno em progressão parcial no 9º ano do Ensino Fundamental tem sua matrícula garantida no 1º ano do Ensino Médio nas Escolas da Rede Estadual, onde deve realizar os estudos necessários à superação das deficiências de aprendizagens evidenciadas nos tema(s) ou tópico(s) no(s) respectivo(s) componente(s) curricular(es).

§ 2º Ao aluno em progressão parcial devem ser assegurados estudos orientados, conforme Plano de Intervenção Pedagógica elaborado,

Conjuntamente pelos professores do(s) Componente(s) Curricular(es) do ano anterior e do ano em curso, com a finalidade de proporcionar a superação das defasagens e dificuldades em temas e tópicos, identificadas pelo professor e discutidas no Conselho de Classe.

§ 3º Os estudos previstos no Plano de Intervenção Pedagógica devem ser desenvolvidos, obrigatoriamente, pelo(s) professor(es) do(s) Componente(s) Curricular(es) do ano letivo imediato ao da ocorrência da progressão parcial.

§ 4º O cumprimento do processo de progressão parcial pelo aluno poderá ocorrer em qualquer época do ano letivo seguinte, uma vez resolvida a dificuldade evidenciada no(s) tema(s) ou tópico(s) do(s) Componentes Curricular(es).

Para os alunos do terceiro ano do Ensino Médio, só concluirão a Educação básica, quando apresentarem domínio das habilidades exigidas em cada componente curricular. Sendo assim, a Escola Estadual Virgílio de Melo Franco deve garantir atenção especial a esses educandos de modo a encerrar o ano com as competências consolidadas, garantindo a aprovação dos alunos.

A classificação e a reclassificação são recursos pedagógicos utilizados para ajustar o aluno ao processo educacional. Quanto à classificação a Resolução 2197 em seu Art. 17 diz:

O recurso da classificação tem por objetivo posicionar o aluno em qualquer ano da Educação Básica, compatível com sua idade, experiência, nível de desempenho ou de conhecimento.

A Classificação ocorre ao final do ano letivo por promoção para os alunos que concluíram o ano letivo na escola, por transferência para os alunos oriundos de outras escolas dentro ou fora do país. Além disso, os alunos podem passar por avaliação – independentemente de escolarização anterior -, ai será alocado na série compatível com suas habilidades e competências.

No tocante à reclassificação a Resolução 2197 em seu Art. 18 diz que: “A reclassificação é o reposicionamento do aluno no ano diferente de sua situação atual, a partir de uma avaliação de seu desempenho.”

A Escola Estadual Virgílio de Melo Franco, sempre que necessário convoca uma comissão de reclassificação para dar início aos procedimentos, conforme determina as orientações legais. Pode ocorrer nas modalidades: avanço, aceleração e transferência.

Um cuidado deverá ser tomado com os documentos que fundamentam a reclassificação (atas, provas e outros trabalhos que venham a ser exigidos dos alunos), os quais deverão ficar arquivados na pasta de cada aluno.

Também deverá constar do histórico escolar do aluno, por ocasião de sua transferência ou conclusão de curso, informação sobre processo de classificação ou reclassificação a que ele tenha se submetido. (Parecer 1.132/97, p. 5).

Após essa etapa, os alunos serão acompanhados de modo que a equipe pedagógica possa realizar intervenção pedagógica se necessário e, sempre que necessário.

Na Escola Estadual Virgílio de Melo Franco o conselho de professores se reúne bimestralmente para discutir e analisar a situação dos alunos que ainda não consolidaram as habilidades necessárias para serem classificados para a etapa seguinte. Leva em conta o desempenho global do aluno, seu envolvimento no processo de aprender e não apenas a avaliação de cada professor em sua disciplina isoladamente.

Após o Conselho, os resultados são informados aos pais e/ou responsáveis imediatamente. Pois há casos que a intervenção dos familiares é de suma importância para a retomada dos resultados esperados por parte dos educandos.

Em relação às Técnicas e Instrumentos Avaliativos no processo ensino-aprendizagem, a Escola Estadual Virgílio de Melo Franco orienta que o professor deverá utilizar de diversas estratégias para obter mais fidedignamente os resultados dos alunos. Inicialmente precisará estabelecer o ponto de partida, através da chamada Avaliação Diagnóstica.

Definido o nível dos alunos, o educador poderá utilizar-se de diversos métodos para verificar a apreensão ou a partir dos objetivos propostos tais como: observação das habilidades apresentadas nas resoluções das questões, atividades individuais escritas e orais, atividades em grupo, questionários, relatórios, auto avaliação.

Assim, “a avaliação assume dimensão orientadora, permitindo que o aluno tome consciência de seus avanços e dificuldades, para progredir na construção do conhecimento”, afirma a professora Rozimar Gomes da Silva Ferreira, do curso Avaliação do Aluno no Processo Educacional – Fundamental e Médio, elaborado pelo CPT – Centro de Produções Técnicas.

A valorização das atividades e do conhecimento próprio da cultura do aluno é um dos aspectos a ser incluído no acompanhamento da recuperação contínua e paralela completando com os conteúdos curriculares em deficiência de apreensão.

Para a verificação do rendimento nas avaliações será atribuída uma valoração das atividades que, cuidadosamente, será observada a preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Na Escola Estadual Virgílio de Melo Franco para todos os conteúdos que compõem a Base Comum e a Parte Diversificada, para a avaliação do aproveitamento, será adotado o sistema de pontos (que vão se acumulando durante o ano letivo): de 0 (zero) a 100 (cem), permitindo o mínimo de 50% (cinquenta por cento), como critério de aprovação.

Os pontos cumulativos de 0 (zero) a 100 (cem) serão distribuídos bimestralmente:

- ✓ 1º Bimestre – 20 (vinte) pontos;
- ✓ 2º Bimestre – 25 (vinte e cinco) pontos;
- ✓ 3º Bimestre – 25 (vinte e cinco) pontos;
- ✓ 4º Bimestre – 30 (trinta) pontos;

Aos alunos da Educação de Jovens e Adultos – EJA, do 1º, 2º e 3º períodos, a distribuição dos 100 pontos cumulativos se dará em 02 (duas) etapas que correspondem a um trimestre letivo cada, sendo a pontuação por etapa:

- ✓ 1ª etapa: 40 pontos,
- ✓ 2ª etapa: 60 pontos.

No curso do PRONATEC são distribuídos 100 pontos cumulativos, dos quais o aluno deverá atingir 60% para aprovação, a distribuição será da mesma forma que na EJA.

A Escola Virgílio de Melo Franco, juntamente com as demais escolas do Estado, participa das avaliações do Sistema Mineiro de Avaliação da Rede Pública/ Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica – SIMAVE/ PROEB.

Com a Resolução de criação do SIMAVE, nº 104, de 14 de julho de 2000. Todas as escolas da rede pública passaram a participar das avaliações de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, que objetiva identificar, de forma criteriosa e democrática, as desigualdades de oportunidades educacionais de cada escola em relação ao município e Estado, na busca conjunta de metas para “formar consciências e mobilizar educadores e sociedade na luta pela equidade” (FÉRES, 2001).

Os resultados das avaliações SIMAVE/ PROEB nos três últimos anos demonstraram que a Escola Estadual Virgílio de Melo Franco está no caminho certo. Os níveis de Proficiência apresentaram uma pequena elevação em especial em relação aos resultados de Língua Portuguesa.

Na concepção da Escola Virgílio de Melo Franco, a Avaliação de Desempenho é um instrumento de trabalho que proporciona ao servidor avaliar o seu desempenho, tendo como suporte a análise das suas eventuais dificuldades – pontos fracos/ debilidades – do seu desempenho, assim com a apreciação de suas facilidades – pontos fortes.

A avaliação de desempenho ocorre em duas etapas e deve seguir os critérios previstos no Art. 11 do Decreto 45851 de 28 de novembro de 2011, a saber:

Art. 11. A AED obedecerá aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, contraditória e ampla defesa.

A Escola Estadual Virgílio de Melo Franco tem buscado através, do Plano de Gestão de Desempenho Individual (PGDI) avaliar o desempenho das ações que contribuem para o aprimoramento da competência do profissional. O PGDI é um plano de trabalho elaborado pelo próprio profissional, para a execução do mesmo dentro de um determinado período, conforme a legislação vigente. Nesse plano o profissional apresenta as atividades a serem desenvolvidas – ações e metas –, com análise semestral, visando detectar das dificuldades para replanejamento de novas ações e metas.

O preenchimento do PGDI é o momento de planejar, negociar e acordar as principais ações que o servidor precisará desenvolver durante o ciclo de avaliação. Esta ferramenta, quando bem utilizada, auxiliará na melhoria do trabalho e no desenvolvimento das competências do servidor, facilitará o alcance de metas da equipe e organizacionais, e definirá com clareza as responsabilidades de cada servidor promovendo uma gestão de pessoas mais ativa e eficiente (BRASIL, 2013, p.2)

A comissão de avaliação formada por servidores efetivos e presidida pelo Diretor da Escola Estadual Virgílio de Melo Franco utiliza dos instrumentos de avaliação para registrar os itens avaliados. A comissão poderá optar por realizar entrevistas com o servidor a ser avaliado ou com outros profissionais da escola, a fim de obter subsídios para realização da avaliação de desempenho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Projeto Político-Pedagógico foi elaborado para ser revisto e reelaborado em sua organização, propondo novos objetivos e elaborando novas estratégias, com vistas a substituir as que não estiverem atendendo às necessidades do processo de ensino e de aprendizagem escolar. Segundo Gadotti (1994 *apud* VEIGA, 2000, p 12);

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas com o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores.

Assim o Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Virgílio de Melo Franco almeja estabelecer um direcionamento didático-pedagógico para processo de aprendizagem que propõe desenvolver no período 2013-2015. É importante ressaltar que o mesmo não está “pronto e acabado”, porque a “educação é um processo inacabável” (Paulo Freire, 1996). Desse modo – o Projeto – é um instrumento flexível, passivo de mudanças que possibilitem o cumprimento das promessas, sendo isso somente possível, com a participação de todos os atores e autores envolvidos na sua elaboração e execução do referido documento.

Entende-se que não será fácil cumprir as promessas – objetivos e metas – indicadas neste Projeto, porque os obstáculos e desafios serão constantes. Isto significa que este trabalho implica em “quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma estabilidade em função de promessa que cada projeto contém, de estado melhor do que o presente” (GADOTTI, 2001).

Dessa forma espera-se que, ao final do período 2013-2015, com total envolvimento da equipe docente e pedagógica e com a participação de toda a comunidade escolar avaliando e sugerindo mudanças, a escola possa alcançar a maioria dos objetivos propostos.

Com a concretização das metas, em conformidade com as possibilidades e necessidades da prática de ações, inovadoras e criativas, permitiremos aos alunos “uma educação reflexiva, ética e transformadora”. Este é o propósito, a promessa, o desafio da Escola Estadual Virgílio de Melo Franco!



## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Cadernos de Orientações PDPI/ Plano de Desenvolvimento Pedagógico e Institucional** – Belo Horizonte: SEE/MG, 2007.

\_\_\_\_\_. **Caderno de Orientações Reinventando o Ensino Médio**. Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica. Superintendência da Educação Básica. Superintendência de Desenvolvimento de Ensino Médio. Belo Horizonte: SEE/MG, 2013.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 16. Ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNE/CEB nº 2/2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: MEC, 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Lei 9394/96. Brasília: MEC, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1970.

FREITAS, L. C. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática**. Campinas: Papyrus, 1995.

GADOTTI, Moacir. **Dimensão política do projeto pedagógico da escola**. PROCAD/SEE/MG, 2001.

\_\_\_\_\_. **Pensamento pedagógico brasileiro**: São Paulo: Ática, 1995.

**GUIA DE ESTUDOS PARA A CERTIFICAÇÃO OCUPACIONAL DO DIRIGENTE ESCOLAR**. Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação. Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Humanos para Educação. SEE/MG, 2007.

**GUIA DO DIRETOR DE ESCOLA**. Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica. Superintendência da Educação Infantil e Fundamental. Diretoria de Ensino Fundamental. SEE/MG.

HAYDT, R. C. C. Técnicas e instrumentos de avaliação. In: **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. São Paulo: Ática, 1997.

HORA, Dinair Leal da. **Gestão democrática na escola: Artes e ofícios da participação coletiva.**(Coleção Magistério: Formação e trabalho pedagógico). Campinas, SP: Ed. Papirus, 1999.

LUCCHESI, Dante & MACEDO, Alzira (1997) “A variação na concordância de gênero no português de contato do Alto Xingu”, em: Papiá - **Revista de Crioulos de Base Ibérica**, 9, p. 20-36.

LUCKESI, Cipriano. **A avaliação da aprendizagem escolar.** São Paulo: Cortez, 1998.

MELLO. Maria Aparecida. **Psicologado.** Disponível em:

<<http://psicologado.com/psicologia-geral/desenvolvimento-humano/introducao-aos-estagios-de-desenvolvimento-de-jeanpiaget>>. Acesso em 23 ago 2014

MINAS GERAIS. **Decreto 45851 de 28 de novembro de 2011.** Regulamenta o estágio probatório e a avaliação especial de desempenho do servidor público civil ocupante de cargo de provimento efetivo em virtude de aprovação em concurso público da administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual. Diário Oficial de Minas Gerais Belo Horizonte, 28 de Nov. de 2011.

MIZUKAMI, Maria da G. N., **trajetórias pessoais e desenvolvimento profissional.** In: REALI, Aline M. de M. R.; MIZUKAMI, Maria da Graça N. (Orgs.). Formação de professores: tendências atuais. São Carlos: EDUFSCar, 1996.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação - da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica.** São Paulo: Cortez – Autores Associados, 1980.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO DE MINAS GERAIS. **Resolução SEE Nº 2442/2013.** Estabelece normas para a organização do Quadro de Pessoal das Escolas Estaduais e a designação para o exercício de função pública na rede estadual de educação básica. Disponível em: [www.educacao.mg.gov.br](http://www.educacao.mg.gov.br). Acesso em: 09 de agosto de 2014.

\_\_\_\_\_. **Resolução SEE Nº 2.197/2012.** Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências. Disponível em [www.educacao.mg.gov.br](http://www.educacao.mg.gov.br). Acesso em 10 de junho de 2014

VASCONCELLOS, Celso S. Currículo: **A atividade humana como principio educativo.** 3. Ed. São Paulo: Libertad, 2000.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **O projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 11. ed. Campinas: Papyrus, 2000.

\_\_\_\_\_. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. IN: Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

#### **Outras fontes de pesquisa**

---

<http://www.pedagogia.brasilecola.com/equipe/amelia-hamze.htm>. Omnia Soluções WEB Ltda. Acesso em 08 ago 2015.

<http://www.pedagogia.com.br/conteudos/construtivista.php> Jonathas Rafael e Cícero Cordeiro. Só Pedagogia. Acesso em 23 ago 2015.